



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Praça dos Três Poderes - Anexo III, Gabinete 677 – 70160-900 – Brasília-DF

Telefone: (61) 3215-5677 - [dep.danielareinehr@camara.leg.br](mailto:dep.danielareinehr@camara.leg.br)

Apresentação: 08/06/2026 16:18:02.280 - CAPAD

REQ n.88/2026

**REQUERIMENTO Nº , de 2026**  
(Da Sra. Daniela Reinehr)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos da suspensão da pesca da tainha na modalidade arrasto de praia durante a safra de 2026.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais decorrentes da suspensão da pesca da tainha na modalidade arrasto de praia durante a safra de 2026.

Sugestão de convidados:

- Ministro da Pesca e Aquicultura;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina;
- Representante das colônias de pescadores artesanais do litoral catarinense;
- Representante do Governo do Estado de Santa Catarina;
- Representante do setor acadêmico especializado em gestão pesqueira e recursos marinhos;
- Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

**JUSTIFICAÇÃO**

A pesca artesanal da tainha por meio do arrasto de praia constitui atividade cional de grande relevância econômica, social e cultural para diversas comunidades do litoral



\* C D 2 6 8 1 2 8 6 8 3 5 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Praça dos Três Poderes - Anexo III, Gabinete 677 – 70160-900 – Brasília-DF

Telefone: (61) 3215-5677 - [dep.danielareinehr@camara.leg.br](mailto:dep.danielareinehr@camara.leg.br)

catarinense.

A suspensão da atividade durante a safra de 2026, em razão do atingimento do limite de captura estabelecido pela regulamentação federal, provocou preocupação entre pescadores, entidades representativas e autoridades locais quanto aos seus impactos sobre a renda das famílias, a preservação das tradições culturais e os critérios técnicos utilizados para a gestão dos estoques pesqueiros.

Diante da relevância do tema, faz-se necessária a realização de Audiência Pública para promover o diálogo entre o Poder Público, especialistas, representantes dos pescadores e demais interessados, permitindo o esclarecimento dos fundamentos da medida e a discussão de alternativas que conciliem a sustentabilidade ambiental com a proteção das comunidades tradicionais.

Sala das Sessões, de de 2026

**DANIELA REINEHR**  
Deputada Federal – PL/SC

